



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1228 - Fax: 3474-1081



Registro nº

Processo Nº
20255 /147/ 2017

Exmo. Sr. Presidente da Câmara de Vereadores de Sapucaia do Sul/RS.

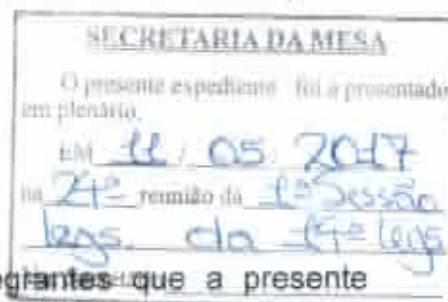
Origem: Mesa Diretora

Assunto: Encaminha proposição pedindo aprovação ao projeto de lei que "Concede, a título de revisão geral anual, reajuste de 3,99% (três vírgula noventa e nove por cento) aos subsídios da Edilidade e dos Servidores da Câmara de Vereadores, efetivos, comissionados, inativos e pensionistas".

A **MESA DIRETORA**, por seus Vereadores integrantes que a este assinam, vem a Vossa Excelência requerer seja levado à Plenário o Projeto de Lei em anexo, com fundamento nas seguintes

JUSTIFICATIVAS

Senhor Presidente, Senhores Vereadores:



A MESA DIRETORA, por seus Vereadores integrantes que a presente subscrevem, observadas as disposições regimentais, submete à apreciação e deliberação do Plenário desta Casa, o incluso Projeto de Lei que trata de conceder reajuste aos Vereadores e Servidores desta Casa Legislativa, efetivos, comissionados, inativos e pensionistas.

A concessão se faz necessária considerando que o reajuste anual é previsto pelo art. 37, X da Constituição Federal, se tratando de direito dos servidores assegurado pela Carta Magna. Com efeito, o inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, estabelece que:

"X- a remuneração dos servidores e o subsídio de que trata o §4º do art. 39, somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices." (grifamos)

Desta forma, a revisão geral anual dos subsídios da Edilidade e dos vencimentos do funcionalismo decorre de regra constitucional afirmativa e impositiva, consubstanciando-se em garantia aos agentes públicos.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Relativamente ao percentual, estamos propondo o reajustamento de 3,99%, a incidir a partir da folha de maio de 2017, com vistas a contemplar o INPC acumulado nos últimos 12 meses, entre maio de 2016 a abril de 2017.

Relativamente à viabilidade econômica, esta segue demonstrada pela estimativa de impacto financeiro, em anexo, pelo que entendemos por adequado o percentual proposto. A origem dos recursos que servirão para custear o aumento das despesas com pessoal, por sua vez, vem especificada pela atual Lei de Diretrizes Orçamentárias (3747/2016.):

Art. 27 O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, desde que observada a legislação vigente, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da LC nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado para:

I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;

(...)

§ 2º No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 3º Ficam dispensados da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório.

Assim Senhores Vereadores, firme nas razões agora demonstradas, é que submetemos a apreciação plenária esse projeto de lei.

Sapucaia do Sul, _____ de maio de 2017

Ver. NELSON BRAMBILLA
Presidente da Mesa Diretora

Ver. RAQUEL MORAES DA SILVA
Vice Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Ver. CARLOS EDUARDO DOUGLAS SANTANA

Ver. Secretário

Ver. CLEBER RACHEL

Tesoureiro

Ver. LORECI FLORES

2º Tesoureiro



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



PROJETO DE LEI LEGISLATIVO N.º

Proj. Lei Legis. Nº
025 / 2017

Concede reajuste anual aos subsídios da Edilidade e aos vencimentos dos servidores da Câmara de Vereadores de Sapucaia do Sul (Poder Legislativo), no percentual de 3,99% (três vírgula noventa e nove por cento) para o exercício de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL. Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, com fundamento no art. 82, III da Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Os subsídios da Edilidade e os vencimentos dos servidores efetivos, comissionados, inativos e pensionistas da Câmara de Vereadores de Sapucaia do Sul (Poder Legislativo) ficam reajustados no percentual de 3,99% (três vírgula noventa e nove por cento), que incidirá sobre a folha de pagamento a partir de maio de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária 3.1.90.11.00 (vencimentos e vantagens fixas).

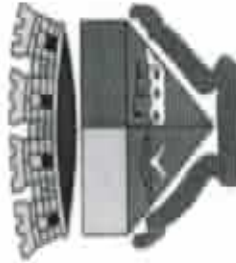
Art. 3º Esta Lei entra vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2017.

Gabinete do Prefeito, ____ de _____ de 2017.

LUÍS ROGÉRIO LINK
Prefeito Municipal

ANTENOR YUZO SATO
Procurador-Geral

Registre-se e publique-se.



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, 51 - Centro - CEP: 93.220.050 - Sapucaia do Sul - RS

Fones: 51.3474.1887 / 3474.1226 - Fax: 51.3474.1081

Sapucaia do Sul, 10 de maio de 2017

Estimativa de Impacto financeiro			
Reajuste 2017 (3,99% maio 2017)			
Despesa com Pessoal do Legislativo - Servidores e Vereadores		2017	2018
		R\$ 7.320.000	R\$ 7.649.400
			R\$ 7.993.523

Cálculo de acordo com o adotado pelo TCE RS em seu Demonstrativo dos Limites - RGF (Modelo 10)

Receita Corrente Líquida	R\$ 319.728.592
Gasto Total Anual	R\$ 7.320.000
Percentual do gasto sobre RCL	2,3%

Fonte RCL: RGF Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul 3º trimestre 2016.

Cálculo de acordo com o adotado pelo TCE RS em seu Demonstrativo dos Limites - RGF (Modelo 13)

Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior - RREA	R\$ 176.191.925
Limite de Gasto Total do Legislativo Municipal	R\$ 10.571.515
Gastos com Folha de Pagamento (deduzidos gastos com servidores inativos)	R\$ 7.320.000
Percentual dos Gastos da Folha de Pagamento	69,2%

Fonte RREA: Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul

NOTAS:

1 - A estimativa foi feita com as alíquotas dos tributos incidentes sobre a folha de pagamento vigentes nessa data.

2 - Para os anos de 2018 e 2019 foi considerada uma expectativa de inflação de 4,5% ao ano.

Fabiano Viegas da Silva
Contador

CRC RS 063278/O-6





CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



Processo nº 0147.001.0005927

Requerente: Mesa Diretora

Súmula: Encaminha proposição pedindo aprovação ao Projeto de Lei que "Concede reajuste de 3,99% aos Vereadores e Servidores desta Casa".

RELATÓRIO

Vem a esta Procuradoria Projeto de Lei Legislativo, encaminhado pela Mesa Diretora deste órgão legiferante, solicitando a aprovação de proposição que "**Concede reajuste de 3,99% (Três vírgula noventa e nove por cento) aos vencimentos dos Vereadores e Servidores da Câmara de Vereadores, efetivos, comissionados, inativos e pensionistas**".

PARECER

Inicialmente, é de bom alvitre salientar que a Lei Orgânica Municipal disciplina em seus artigos 35, inciso IV e 36, inciso VI, a competência da Casa Legislativa em conceder reposição salarial, bem como reajustes aos seus servidores.

Rezam os artigos acima citados, in verbis:

Art. 35. Compete, privativamente, à Câmara Municipal:

(...)

IV - dispor sobre a criação, a transformação ou a extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e a fixação da respectiva remuneração, observados os limites do orçamento anual e dos seu valores máximos, conforme estabelece a Constituição Federal;

(...)

Art. 36. Compete à Câmara Municipal deliberar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:

(...)

VI - criação, classificação e extinção de cargos, empregos e funções públicas municipais na



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



administração direta e indireta, fixando os respectivos vencimentos observando os limites e orçamentos anuais, e os valores máximos das remunerações conforme estabelecido na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal;

Já a Carta Republicana Federal de 1988, insculpe a obrigatoriedade do Poder Legislativo em assegurar revisão geral anual, na remuneração de seus servidores, na data base da categoria profissional.

Determina o artigo 37, inciso X, da CF/88, *in verbis*:

Art. 37 - A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Analisando os dispositivos legais supracitados, verifica-se a legalidade da proposição.

Relativamente ao aspecto fiscal, vem anexo ao projeto o relatório de impacto financeiro-orçamentário e declaração de adequação orçamentária subscrita pelo ordenador de despesas, conforme as regras contidas no artigo 16 e 17, ambos da Lei Complementar nº 101/2000, cumprindo, dessa forma, as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, *in verbis*:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081



I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

Consoante se verifica, houve a correta apresentação por parte do Contador, Sr. Fabiano Viegas, às fls. 02/05 do expediente administrativo em questão, demonstrando estimativa de impacto financeiro do reajuste salarial, conforme o índice aplicado para os últimos 12 meses (3,99%).

Ademais, no que tange à dita proposição apresentada pela Mesa Diretora, esta Procuradoria expõe e ressalta o art. 127, §2º, do Regimento Interno desta casa, assim expõe: ***os projetos originários, elaborados pela Mesa ou por Comissão Permanente ou Especial em assuntos de sua competência, dispensarão pareceres para sua apreciação pelo Plenário.***

No que tange à competência da Mesa Diretora frente à tal medida, temos o seguinte:

Art. 36- Compete à Mesa da Câmara privativamente, em colegiado:

(...)

II - propor projetos de Lei que fixem ou atualizem os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e



CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul
Fones (51) 3474-1887 / 3474-1228 - Fax: 3474-1081



Secretários Municipais na forma estabelecida na Lei
Orgânica Municipal

Ou seja, verificamos que os projetos originários da Mesa Diretora dispensam pareceres das comissões, sendo então remetidos diretamente para apreciação em Plenário.

Com as anotações pertinentes, opinamos no sentido do prosseguimento do processo ao conhecimento do Presidente desta Casa Legislativa para deliberação em plenário.

É o parecer.

Sapucaia do Sul, 11 de maio de 2017.

João Roberto da Fonseca Junior
Procurador Chefe
OAB/RS 69.257